



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Macau é uma cidade pequena, com apenas uma área de 31,3 quilómetros quadrados e, devido às limitações objectivas existentes, quando o Governo da RAEM desenvolve novos bairros, tem que o fazer conforme o planeamento definido e resolver o problema relativo à reparação e reconstrução dos edifícios dos bairros antigos. De facto, existem alguns edifícios antigos por reparar desde há muitos anos e constituem um problema que necessita de ser resolvido em Macau, a par do desenvolvimento da cidade. O antigo caso do edifício “Sin Fong Garden” e o recente da Rua Nova do Comércio, em que um edifício antigo caiu, chamaram, evidentemente, a atenção do Governo para que defina e aperfeçoe, com a maior brevidade possível, o regime de vistoria de edifícios e a proposta do reordenamento dos bairros antigos.

Para impulsionar o Governo a aperfeçoar a sua acção, interpelo sobre o seguinte:

1. O Regulamento Geral da Construção Urbana (RGCU) estipula que os edifícios existentes devem ser objecto de obras de conservação e reparação com uma periodicidade de 5 anos, mas, como a maioria dos edifícios com problemas não cumpre este prazo, não é possível imputar responsabilidades a construtores nem aplicar-lhes sanção administrativa. Quando vai o Governo alterar e aperfeçoar o disposto no RGCU em causa?
2. Segundo o RGCU, os proprietários devem contratar técnicos qualificados para proceder a vistoria e reparação dos edifícios, com uma periodicidade de 5 anos, mas isto não é obrigatório na prática. No Plenário destinado à interpelação oral, de Abril de 2014, um dirigente manifestou o seu acordo sobre uma vistoria obrigatória, a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

cada 5 anos, de edificios construídos há mais de 30 anos. Quando vai o Governo alterar o RGCU para regular uma vistoria obrigatória aos edificios antigos?

3. Em 2011, as autoridades apresentaram à AL a proposta de lei intitulada “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos”, mas, depois do rápido desenvolvimento socioeconómico, as condições objectivas e as necessidades sociais alteraram-se, e o Governo retirou a proposta em 2013 para a apreciar e reelaborar. Nas LAG para 2014, o Governo afirmou que ia impulsionar o estudo do reordenamento dos bairros antigos. O reordenamento dos bairros antigos é um problema a que o Governo não se pode esquivar. Qual é a ideia das autoridades sobre o reordenamento dos bairros antigos de Macau? Qual é o ponto de situação da reelaboração da proposta acima referida? Quais são os futuros planos?

**A Deputada à Assembleia Legislativa da**

**Região Administrativa Especial de Macau**

**Chan Melinda Mei Yi**

**11 de Julho de 2014**